



AUTOGRAFOS DE LEI Nº015/2025  
REF. AO PROJETO DE LEI Nº011/2025

DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

PROTÓCOLO Nº 324/2025  
DATA 17/12/2025  
HORAS

SEMPRE RESPONSÁVEL

Andressa Araujo L. Farias  
Assessora Administrativa

Ato nº 096/2025

“ Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para os  
exercícios de 2026/2029, e dá outras providência

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO  
TOCANTINS – TO, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições legais e  
constitucionais sanciono em Autógrafo a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para os exercícios de 2026/2029, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal/88, no qual são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Municipal para as despesas de capital, outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma do parágrafo único desta lei.

**Parágrafo único.** Integram o Plano Plurianual - PPA:

- a) Anexo – Detalhamento dos Programas por Unidades Orçamentárias;
- b) Anexo – Detalhamento dos Programas, Objetivos, Ações e Metas Físicas;

**I - Mensagem do governo;**  
1.2 - Projeto de Lei.

**Art. 2º.** O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

**Art. 3º.** O PPA 2026-2029 foi norteado por 4 (quatro) eixos os quais se constituem nos seguintes macros objetivos:

- I - Equilíbrio Fiscal, Gestão para Resultados, Eficiência e Qualidade dos Serviços e do Atendimento ao Público;
- II – Melhoria da Qualidade de Vida e Redução das Desigualdades Sociais;
- III – Qualidade e Melhoria da Educação Básica Pública;
- IV – Serviços de Saúde Pública de Qualidade à População.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

**Art. 4º.** O PPA para os exercícios 2026/2029 reflete as políticas públicas e organiza





a atuação governamental por meio de Programas Temáticos, Gestão, Manutenção e Serviços ao Governo Municipal, assim, definido sendo o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

**Art. 5º.** Os Programas são compostos por Objetivos, Metas, Indicadores e Valor Global.

**§1º.** O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de ações orçamentárias e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa;

**§2º.** O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

**§3º.** O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos.

### CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS ANUAIS

**Art. 6º.** Os Programas constantes do PPA 2026-2029 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional, assim como, leis de diretrizes orçamentárias.

**Art. 7º.** O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

**Parágrafo Único.** Os valores constantes no Plano Plurianual para os exercícios de 2026/2029 são referenciais estimados com base nos preços de 2025 e não se constituirão em limites para a programação das despesas anuais expressas nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

**Art. 8º.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais serão elaborados em compatibilidade com os objetivos, diretrizes e metas dos programas constantes do presente plano, e observará as normas estabelecidas na Constituição Federal/88, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 9º.** A gestão do PPA para os exercícios de 2026/2029, consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento, cabendo à Controladoria Municipal e a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças promover o acompanhando e estudo sobre a sua execução em conjunto com o setor contábil.

**Art. 10.** Para fins de atendimento ao disposto no §1º do art. 167 da Constituição Federal/88, o investimento plurianual, para o período de 2026/2029, está incluído no Valor Global





dos Programas.

**Parágrafo único.** A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

**Art. 11.** A revisão anual do PPA será realizada:

I - Será acompanhada pela Controladoria Municipal e pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, juntamente como o setor contábil, uma vez ao ano para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pela lei de abertura de créditos adicionais, para a atualização das informações relativas:

- a) Aos Indicadores dos Programas;
- b) aos Órgãos Responsáveis pelos Objetivos;
- c) alteração do Valor Global dos Programas;
- d) Inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias;
- e) Inclusão, exclusão ou alteração de Metas;

II - Por meio de projeto de lei de revisão nos casos em que seja necessário:

- a) Criar ou excluir Programa ou alterar a sua redação;
- b) Criar ou excluir Metas e ações orçamentárias, ressalvadas as hipóteses previstas

nos incisos I e II do caput.

**§1º.** As atualizações de que tratam os incisos I e II do caput serão informadas à Casa de Leis de Municipal.

**Art. 12.** O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação Estadual e Federal com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

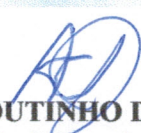
**Art. 13.** Considerando-se a Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

**Art. 14.** A Agenda transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Art. 16.** Revogam-se as disposições em contrário, para que surtam todos os seu Jurídicos e Legais efeitos e para que produza os resultados de mister para os fins de Direito.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS, aos 10 dias do mês de dezembro de 2025.**

  
**AGUIAR COUTINHO DE FRANÇA**  
Presidente da Câmara Municipal  
CPF:007.015.531.38